

BALANÇOS BIBLIOGRÁFICOS

A participação institucionalizada no Brasil: uma análise cientométrica (2002-2020)

 **Tiago Borges**¹

<http://orcid.org/0000-0001-9647-8225>

 **Rafael Cardoso Sampaio**²

<http://orcid.org/0000-0001-5176-173X>

DOI: [10.17666/bib10008/2024](https://doi.org/10.17666/bib10008/2024)

Submetido em: 21/07/2024

Aceito em: 24/08/2024

Introdução

O Brasil é uma referência na criação de arenas participativas, com um amplo rol de experiências bem-sucedidas, tendo modelos, como o orçamento participativo (OP), exportados para o mundo todo (Avritzer, 2008; Elstub; Escobar, 2019; Franco, 2018; Ganuza; Baiocchi, 2019; Smith, 2009). Entre essas experiências, destacam-se aquelas que são promovidas de cima para baixo (*top-down*), nas quais o Estado ou o governo convidam a população para debater e/ou votar em questões de políticas públicas. Entende-se esse tipo de participação, subsidiado pelas instituições estatais ou governamentais, que transforma as arenas participativas em instituições, como Participação Política Institucionalizada.

Este trabalho busca fazer uma análise cientométrica (Bufrem; Prates, 2005; Machado, 2007) da literatura que estuda participação política institucionalizada, com o objetivo de entender como se estuda esse tipo de participação metodologicamente. Experiências de participação institucionalizada são objetos de pesquisa de acadêmicos Brasil afora, e têm surgido revisões de literatura focadas em determinados tipos específicos dessas arenas participativas, como os OPs (Franco, 2018), os conselhos de políticas públicas (Almeida; Cayres; Tatagiba, 2015) e democracia digital (Sampaio *et al.*, 2022),

¹ Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil. E-mail: tpfbsilva@gmail.com

² Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil. E-mail: cardososampaio@gmail.com

por exemplo. Neste trabalho, pretende-se fazer algo mais generalista, investigando como se estudam as diferentes instâncias participativas incluídas como participação institucionalizada.

A participação institucionalizada no Brasil sofreu um duro ataque em 2019, quando o Governo Federal, à época sob o mandato de Jair Messias Bolsonaro, publicou o Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019, que revogou o Plano Nacional de Participação Social (PNPS) e extinguiu diversos conselhos de políticas públicas e instâncias de participação social, mantendo ativos apenas 32 comitês consultivos (Saconi; Aleixo; Maia, 2019). Contudo, recentemente, o Governo Federal atual, sob presidência de Luiz Inácio Lula da Silva, promoveu o primeiro orçamento participativo de escopo nacional do mundo, o Plano Plurianual Participativo (Aguiar *et al.*, 2024), renovando o teor participacionista da democracia brasileira como descrito na Constituição de 1988. Nesse sentido, identifica-se um momento oportuno para refletir sobre como se estuda a participação institucionalizada no Brasil.

O artigo se divide em cinco partes. Primeiro, há uma exposição histórica de tipos de participação política institucionalizada presentes no Brasil. Depois, demonstra-se o caminho metodológico escolhido para a análise, desde a coleta dos 116 artigos na base indexadora Scientific Electronic Library Online (SciELO) a partir do Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) até o resumo e das variáveis utilizadas na aplicação da técnica análise de conteúdo (AC) (Sampaio; Lycarião, 2021). Após a demonstração metodológica, tem-se a exposição dos resultados, que, por sua vez, é prontamente seguida pela discussão, refletindo sobre o que é possível inferir a partir da análise dos dados. Por fim, conclui-se o artigo apresentando as considerações finais sobre os resultados encontrados e o estado da arte da literatura que estuda a participação política institucionalizada.

Instituições participativas e inovações democráticas no Brasil

A participação política é um tema relevante para diversos campos de pesquisa na ciência política, seja como um tópico central no debate da teoria democrática (Asenbaum, 2021; Miguel, 2017), seja como tema essencial de estudos do comportamento político (Campbell, 2013; Ribeiro; Borba, 2011). Em ambos os casos, a participação política normalmente se refere a atividades mais formais do ponto de vista político, como o ato de votar, militar em partido político, participar de protestos e manifestações, discutir acontecimentos políticos com seus pares, entre outras (Sani, 1998).

Recentemente, a participação tem recebido destaque a partir da literatura em instituições participativas (Avritzer, 2008; Perez; Santos, 2019) e inovações democráticas (Elstub; Escobar, 2019; Pogrebinschi; Ross, 2020; Smith, 2009; Warren, 2021), na qual ela aparece principalmente, mas não exclusivamente, na forma de oportunidades criadas pelas instituições políticas para cidadãos se engajarem na luta por influência no processo de tomada de decisões políticas/públicas fora da época de eleições, ou fugindo da lógica puramente eleitoral (Avritzer, 2008; Elstub; Escobar, 2019; Gomes, 2011). Ou seja, entende-se a participação política institucionalizada (PPI) como aquele engajamento político que se exerce em arenas criadas, subsidiadas

ou oferecidas pelas instituições políticas. Por exemplo, consideram-se os orçamentos participativos como instâncias de PPI, uma vez que são arenas de participação criadas e oferecidas pela gestão do Poder Executivo municipal ou estadual, enquanto os conselhos de políticas públicas seriam arenas de PPI por sua obrigatoriedade legal de existência. Assim, por “institucionalizada”, também se entende essas arenas de participação como instituições, uma vez que possuem um conjunto de regras e normas formais e informais, seguindo o entendimento de instituições participativas de Avritzer (2008).

A institucionalização da participação no Brasil começa no final da década de 1980, apoiada na Constituição de 1988 (Lavalle, Voigt; Serafim, 2016; Lüchmann, 2008; Petinelli, 2015), mas ganha destaque a partir da criação do orçamento participativo (OP) em Porto Alegre, em 1989, experiência que se tornaria referência de prática participativa para o mundo todo (Avritzer, 2008; Smith, 2009). O OP nasce como uma tentativa de transformar a gestão pública com uma ideia simples: o cidadão deveria ter voz ativa sobre o orçamento público que vai impactá-lo (Ganuza; Baiocchi 2019). Nesse sentido, o OP consiste em assembleias nas quais a população é chamada a participar do debate referente à alocação de recursos públicos (Elstub; Escobar, 2019; Franco, 2018; Ganuza; Baiocchi, 2019; Smith, 2009). Ainda, os orçamentos participativos colaboram politicamente em mais dois sentidos ao colocar o cidadão no centro do debate orçamentário. Primeiramente, o OP se opõe ao clientelismo e ao patrimonialismo (Franco, 2018; Ganuza; Baiocchi, 2019), promovendo uma inversão de prioridades, uma vez que, com ele, a população agora teria um canal direto para atender suas demandas, diminuindo sua dependência das “vias tradicionais de participação representativa” (Franco, 2018, p. 36). Em segundo lugar, experiências que incentivam o cidadão a participar ativamente da tomada de decisão política funcionam como estratégias de combate à desconfiança dos cidadãos nas instituições políticas (Franco, 2018; Ganuza; Baiocchi, 2019).

Paralelamente, a Lei Orgânica da Saúde (LOS), a Lei Orgânica da Assistência Social (Loas) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (Avritzer, 2008), além do ideal participativo presente na transição democrática e transcrito na Constituição de 1988 (Almeida; Cayres; Tatagiba, 2015; Horochovski; Clemente, 2012), resultaram na criação dos conselhos de políticas públicas. Os conselhos são espaços públicos que permitem a “representação de interesses coletivos na cena política e na agenda pública” (Carneiro, 2002, p. 279), possibilitando que o cidadão participe dos processos de elaboração e deliberação de políticas públicas, constituindo, assim, uma arena que une participação política, deliberação legalmente institucionalizada, controle social e *accountability* (Carneiro, 2002). Um fator que diferencia os conselhos de políticas públicas dos orçamentos participativos é a obrigatoriedade legal da existência dos primeiros, ou seja, a não implementação dos conselhos resulta em sanções (Horochovski; Clemente, 2012; Lavalle; Voigt; Serafim, 2016).

De forma similar, surgiram as conferências de políticas públicas, tendo sua origem ligada à Constituição de 1988, com textos prevendo a combinação de elementos de representação e da participação, como visto anteriormente (Horochovski; Clemente, 2012). As conferências podem ser definidas como “espaços institucionais de participação e deliberação acerca das diretrizes gerais de uma determinada política pública podendo assumir caráter consultivo ou

deliberativo” (Faria; Silva; Lins, 2012, p. 249). Até aqui, as conferências se assemelham muito com os conselhos de políticas públicas, a diferença é que as conferências são ocasionais. Para uma conferência acontecer, ela deve ser convocada, seja por lei, decreto, portaria ou decisão do respectivo conselho (Faria; Silva; Lins, 2012). As conferências ganham ainda mais importância como arena de decisão compartilhada de agenda de políticas públicas a partir de 2003, com a chegada do Partido dos Trabalhadores à presidência do Brasil, aumentando tanto em números quanto em tipos (Faria; Silva; Lins, 2017). Por sua vez, os Planos Diretores, ou Planos Diretores Participativos, surgiram a partir do Estatuto da Cidade, regulamentado em 2001, que estabelece a obrigatoriedade de que municípios com mais de 20.000 habitantes tenham seus Planos Diretores aprovados em audiências públicas. Com a obrigatoriedade da participação da sociedade civil, até 2017, mais de 1.600 municípios elaboraram ou revisaram seus Planos Diretores (Pereira, 2017). A história dos Planos Diretores remonta à disputa legislativa protagonizada pelo Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MNRU), que havia apresentado à Assembleia Nacional Constituinte uma proposta de emenda popular que previa, entre outras coisas, a participação popular nas decisões urbanas (Avritzer, 2008).

Em período ainda mais recente, outra forma de participação institucionalizada de destaque no Brasil são as iniciativas de participação online ou e-participação. Trata-se de projetos de democracia digital voltados para a promoção de participação, mas ocorrendo completa ou parcialmente no ambiente online. Podem ser encontrados diversos tipos de participação institucionalizada online, como e-voto, consultas eletrônicas, deliberação online, orçamentos participativos digitais, *crowdlaw*, entre outros (Mitozo, 2015; Sampaio *et al.*, 2022). No Brasil, destacam-se, em especial, os orçamentos participativos digitais (Franco, 2018; Sampaio, 2016) e as plataformas Projeto e-Democracia³ da Câmara dos Deputados (Freitas *et al.*, 2020; Mitozo, 2015) e o Portal e-Cidadania⁴ do Senado Federal (Chagas *et al.*, 2019).

Metodologia

Este trabalho utiliza uma abordagem quantitativa de análise de conteúdo (Sampaio; Lycarião, 2021) como apoio para um estudo cientométrico sobre a literatura empírica em participação política institucionalizada. A cientometria é aqui entendida como “um conjunto de trabalhos consagrados à análise quantitativa da atividade de investigação científica e técnica” (Bufrem; Prates, 2005, p. 13), permitindo aprofundar o entendimento da estrutura e o desenvolvimento do campo de pesquisa a ser estudado (Machado, 2007). A análise de conteúdo (AC) soma-se à cientometria uma vez que a investigação quantitativa de metadados, que, normalmente, seria aplicada por análise de redes, é apoiada por

³ O Projeto e-Democracia da Câmara dos Deputados é uma plataforma de participação online onde cidadãos podem se cadastrar para participar de consultas públicas, debates online e até fazer sugestões de projetos de lei (Freitas *et al.*, 2020)

⁴ O Portal e-Cidadania do Senado Federal é uma plataforma de participação online onde cidadãos podem se cadastrar para participar de sugerir e votar proposições de projetos e participar de consultas públicas online (Chagas *et al.*, 2019)

uma exploração do conteúdo propriamente dito dos artigos. A combinação da técnica cientométrica e da AC foi, então, julgada mais adequada para responder à pergunta de pesquisa deste trabalho: como se estuda, metodologicamente, a participação política institucionalizada no Brasil?

Nesse sentido, foram analisados artigos empíricos que tivessem como objeto de estudo iniciativas institucionalizadas de participação política. Esses artigos foram coletados na SciELO Brasil, utilizando a base Web of Science, por meio do Acesso CAFe do Portal de Periódicos da Capes. A busca na SciELO dentro da base Web of Science foi feita na categoria "tópico", que seleciona documentos a partir do título, dos resumos e das palavras-chave. Para realizar essa seleção utilizou-se uma *string* de busca com termos considerados relativos e relevantes no viés *top-down*, ou institucionalizado, da participação política. Primeiramente, utilizou-se o seguinte conjunto de palavras-chave para a busca:

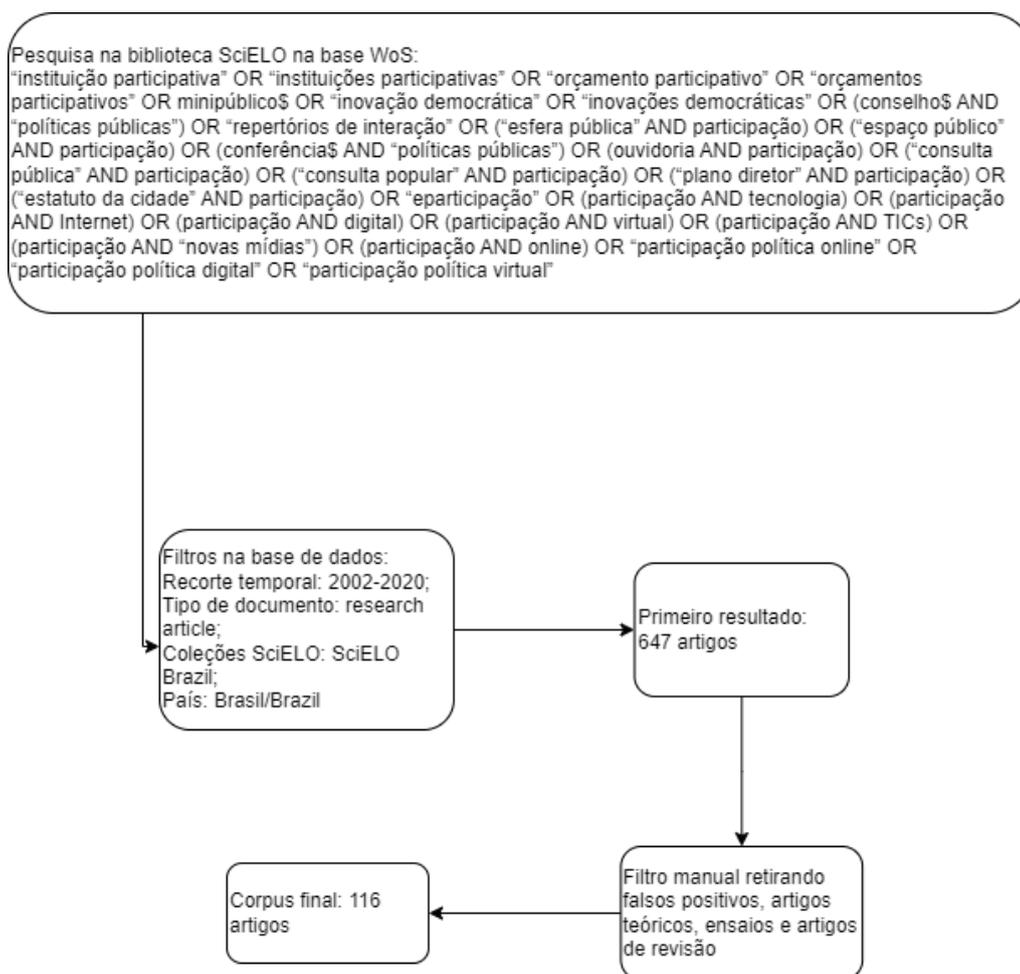
FIGURA 1. Palavras-chave utilizadas no filtro de busca.

"instituição participativa" OR "instituições participativas" OR "orçamento participativo" OR "orçamentos participativos" OR "minipúblico" OR "inovação democrática" OR "inovações democráticas" OR ("conselho" AND "políticas públicas") OR "repertórios de interação" OR ("esfera pública" AND participação) OR ("espaço público" AND participação) OR ("conferência" AND "políticas públicas") OR ("ouvidoria" AND participação) OR ("consulta pública" AND participação) OR ("consulta popular" AND participação) OR ("plano diretor" AND participação) OR ("estatuto da cidade" AND participação) OR "participação" OR (participação AND tecnologia) OR (participação AND Internet) OR (participação AND digital) OR (participação AND virtual) OR (participação AND TICs) OR (participação AND "novas mídias") OR (participação AND online) OR "participação política online" OR "participação política digital" OR "participação política virtual"

Fonte: elaboração própria.

Foram aplicados quatro filtros: recorte temporal: 2002-2020; tipo de documento: *research article*; coleções SciELO: SciELO Brasil; e país: Brasil/Brazil. Assim, chegou-se a um corpus com 647 artigos, no dia 21 de setembro de 2021. Posteriormente, foi realizada uma revisão manual dos documentos coletados. A revisão manual dos artigos exportados da base é um processo que visa eliminar do banco de dados qualquer documento que tenha sido exportado que não faz parte do escopo que queremos analisar. Nesse sentido, aqui se procura eliminar duplicatas e falsos-positivos. Foram excluídos, também, artigos teóricos, ensaios e artigos de revisão. A conferência desses critérios foi realizada primeiramente a partir de leitura de títulos e resumos. Quando não se podia apontar com certeza, foi lido o texto completo do artigo. A partir da aplicação desses critérios, foram excluídos da amostra 531 artigos, resultando em um corpus com 116 artigos empíricos:

FIGURA 2. Esquemática da pesquisa.



Fonte: elaboração própria.

Para guiar a análise de conteúdo categorial, foi adaptado um livro de códigos elaborado e utilizado em revisões de literatura anteriores (Sampaio *et al.*, 2022). A razão pela qual se optou por adaptar um livro de códigos já existente, e não elaborar um novo, está nas variáveis e em como elas auxiliam a responder às perguntas de pesquisa deste trabalho. Desde sua versão original, o livro de códigos contempla variáveis que respondem quem está pesquisando, onde estão esses pesquisadores e como as pesquisas são conduzidas.

Para este trabalho, algumas alterações no livro de códigos foram realizadas. Primeiramente, essa versão do livro de códigos conta com categorias diferentes da variável "objeto de pesquisa". Nesse sentido, as categorias foram completamente reformuladas, pois foram incluídos como categorias diversos tipos de instituições participativas e formas institucionalizadas de participação, adaptando a variável para o tema da pesquisa. A segunda mudança foi a separação do tipo de técnica empregada no artigo em técnicas de coleta de dados e técnicas de análise de dados. As versões anteriores do livro agrupavam entrevistas, *surveys*, análise de conteúdo e análise do discurso (apenas para citar alguns exemplos), na mesma variável, sendo que as duas primeiras são técnicas de coleta de dados e as duas últimas são empregadas na análise de dados. A terceira mudança foi

a inclusão de três variáveis para aferição de sofisticação e transparência da pesquisa qualitativa. Nesse caso, as três variáveis referem-se à menção no artigo às formas de se lidar com a subjetividade dos pesquisadores ou codificadores, de se validar os dados e de transparência metodológica.

Assim, para esta pesquisa, foram selecionadas e adaptadas as variáveis que respondem como as pesquisas são realizadas, a saber, o objeto de pesquisa predominante, o tipo de método empregado, a técnica de coleta e análise de dados utilizada. Para os artigos que utilizam metodologia quantitativa, verificou-se o uso de estatística e que tipo de estatística foi empregado. Já para os trabalhos com abordagem metodológica qualitativa, afere-se a menção às formas de se lidar com a subjetividade dos pesquisadores ou codificadores, menção a alguma forma de validação dos dados e se há algo que indique transparência metodológica⁵.

A codificação a partir do livro de códigos foi realizada a partir do contato direto com os artigos. Dessa forma, o codificador, que foi o primeiro autor deste artigo, realizou a leitura completa dos artigos para identificar a categoria predominante previamente formulada de cada variável do livro de códigos. Essa identificação foi feita priorizando o relato dos autores dos artigos analisados. Quando não foi relatado explicitamente no texto, a identificação das categorias ficou a cargo da interpretação do codificador.

Para que o codificador interpretasse as categorias de forma estável, foi realizado um treinamento em que o codificador analisou o mesmo artigo duas vezes em datas diferentes, e as respostas foram comparadas e submetidas a um teste de estabilidade baseado nos testes de confiabilidade usualmente realizados para análises de conteúdo. Testes de confiabilidade ocorrem "a partir da comparação entre as codificações de dois ou mais codificadores sobre um mesmo excerto de material" (Sampaio; Lycarião, 2021, p. 89), ou seja, dois ou mais codificadores codificam, independentemente, sem contato entre si, e, depois da codificação, comparam os resultados obtidos por cada um. O índice de confiabilidade escolhido para basear o teste de estabilidade foi o alpha de Krippendorff, que exige um valor acima de 0,9 para a aferição da confiabilidade. Os valores do teste podem ser observados na Tabela 1⁶.

TABELA 1. Resultado do teste de estabilidade.

VARIÁVEIS	ALPHA DE KRIPPENDORFF
Objeto de pesquisa predominante no artigo	0.9224985540775
Tipo de método predominante no artigo	0.94802172226532
Tipo de técnica predominante no artigo	0.92780172413793
Aplicou estatística?	0.94076038903625
Tipo de estatística aplicada	0.95363321799308

Fonte: elaboração própria.

⁵ O livro de códigos pode ser verificado no seguinte link: https://docs.google.com/document/d/1KML_wMH05cgrspxJYodAhbHQ8P9x5GHOs8mNYr3RaY/edit?usp=share_link

⁶ O teste não foi realizado para as variáveis envolvendo a sofisticação dos métodos qualitativos por se tratarem de variáveis dicotômicas, ou seja, uma vez que elas só poderiam ter resultado variando entre sim ou não, julgou-se que a mera o entendimento do codificador durante o treinamento fez-se suficiente, embora não seja o ideal.

Resultados

Aqui, apresentam-se os dados descritivos⁷ referentes aos conteúdos e às metodologias dos artigos. A Tabela 2 apresenta a frequência dos principais objetos de pesquisa encontrados em cada trabalho. É importante lembrar que uma pesquisa pode ter mais de um tipo de iniciativa de participação como objeto em sua análise e, nesses casos, foi marcado aquele considerado predominante, conforme a regra de não haver categorias que não sejam mutuamente exclusivas da técnica de análise de conteúdo (Sampaio; Lycarião, 2021). Os objetos de pesquisa mais estudados foram os conselhos de políticas públicas, sendo acionados em 59 artigos, equivalentes a 50,9% do total de documentos coletados. Em seguida, analisam-se os orçamentos participativos (n = 24) e as conferências de políticas públicas (n = 10). Iniciativas de participação online apareceram oito vezes e planos diretores e ouvidorias apenas sete e cinco, respectivamente.

TABELA 2. **Frequência dos principais objetos de pesquisa - 2002 a 2020.**

OBJETO DE PESQUISA	FREQUÊNCIA	PORCENTAGEM
Conselhos	59	50,9
Orçamento participativo	24	20,7
Conferências	10	8,6
Participação online	8	6,9
Planos Diretores	7	6,0
Ouvidorias	5	4,3
Outros	2	1,7
Consultas Públicas	1	0,9
Total	116	100,0

Fonte: elaboração própria com base em SciELO Brasil.

O tipo de método corresponde às naturezas quantitativas, qualitativas ou mistas que os estudos podem aderir. Por método misto, entende-se que o artigo utilizou pelo menos uma técnica quantitativa e uma qualitativa. Destacaram-se estudos com abordagem qualitativa, com 54 casos (46,6%), enquanto foram identificados 34 (29,3%) estudos puramente quantitativos, além de 28 (24,1%) mistos.

No referente às técnicas de pesquisa, separou-se aquelas utilizadas para coleta e aquelas utilizadas para analisar os dados. Também considerou-se que um trabalho pode utilizar mais de uma técnica para responder a uma pergunta. Nesse sentido, aqui também foi selecionada a técnica predominante. Entre as técnicas de coleta encontradas nos artigos, a entrevista foi a mais utilizada (n = 40), como pode ser observado na Tabela 3. Em seguida, aparecem a coleta manual⁸ (n = 37), *surveys* e questionários (n = 18), banco de dados de terceiros (n = 11) e a etnografia (n = 16).

⁷ Os dados podem ser encontrados no seguinte link: <https://drive.google.com/drive/folders/1oXLCclM7o4pXGMsWhpILTP0ABLKztPqb?usp=sharing>

⁸ Entende-se por coleta manual formas de recolhimento de dados não automatizadas que não foram contempladas pelas outras categorias.

TABELA 3. Técnicas de coleta utilizadas - 2002 a 2020.

TÉCNICA DE COLETA UTILIZADA NO ARTIGO	FREQUÊNCIA	PORCENTAGEM
Entrevistas	40	34,5
Coleta manual	37	31,9
Survey/Questionário	18	15,5
Banco de dados de terceiros	11	9,5
Etnografia	6	5,5
Grupo focal	2	1,7
Não específica	2	1,7
Total	116	100,0

Fonte: elaboração própria com base em SciELO Brasil.

Quanto às técnicas de análise de dados, a mais acionada foi a análise de conteúdo (n = 41). Em seguida, temos análises estatísticas (n = 26), análises qualitativas temáticas⁹ (n = 9) e análise heurística¹⁰ (n = 9). Surpreende, aqui, o grande número de abordagens metodológicas indefinidas ou não mencionadas (n = 22), totalizando 19% da literatura empírica analisada.

TABELA 4. Técnicas de análise - 2002 a 2020.

TÉCNICA DE ANÁLISE UTILIZADA NO ARTIGO	FREQUÊNCIA	PORCENTAGEM
A. conteúdo	41	35,3
A. estatística	26	22,4
Indefinido	22	19,0
A. temática	9	7,8
A. heurística	9	7,8
A. discurso	4	3,4
A. léxica/textual	3	2,6
A. redes	1	0,9
QCA/process-tracing	1	0,9
Total	116	100,0

Fonte: elaboração própria com base em SciELO Brasil.

Com o objetivo de aferir a sofisticação das análises, verificou-se o uso de estatísticas para trabalhos com algum nível de análise quantitativa e a demonstração de confiabilidade, validade e transparência metodológica para análises qualitativas. Os trabalhos que apresentaram metodologia mista foram contabilizados em ambas as aferições. Conforme a Tabela 5, a maioria dos artigos aplicou estatística em sua análise (n = 62). Enquanto isso, 54 documentos não aplicaram nenhum

⁹ Por análise temática, entende-se uma técnica de análise qualitativa de dados baseada na verificação de padrões na interpretação dos dados e na identificação de temas a partir desses padrões.

¹⁰ Análise heurística é entendida aqui como uma técnica de análise que não segue os princípios de confiabilidade, transparência, replicabilidade e validação, apresentando rigor científico limitado.

tipo de estatística. Desses, 69 que aplicam algum tipo de análise estatística, a grande maioria (n = 42) desse uso da estatística foi por meio da frequência simples de dados. Seis artigos utilizaram estatística univariada e 14 utilizaram estatística bivariada e/ou *General Linear Model* (GLM).

TABELA 5. Tipo de uso estatístico utilizado - 2002 a 2020.

TIPO DE USO ESTATÍSTICO UTILIZADO		FREQUÊNCIA	PORCENTAGEM
Válido	Frequência Simples	42	36,2
	Estatística bivariada/GLM	14	12,1
	Estatística univariada	6	5,2
	Total	62	53,4
Omisso	Não aplicou estatística	54	46,6
	Total	116	100

Fonte: elaboração própria com base em SciELO Brasil.

Por sua vez, entre os artigos de metodologia qualitativa ou mista, percebeu-se que a maioria não utiliza meios de aferição de validade, de transparência metodológica ou para lidar com a subjetividade dos autores, como técnicas de medição de confiabilidade. A Tabela 6 reúne os resultados para essas três variáveis. Dos 82 artigos que utilizam abordagem qualitativa, 74 não apresentam formas de lidar com a subjetividade dos autores ou codificadores, e 60 não apresentam transparência metodológica. Quanto aos métodos de validação dos dados, 35 artigos mencionam alguma forma de validar os dados demonstrados no trabalho.

TABELA 6. Subjetividade dos autores, método de validação e formas de transparência - 2002 a 2020.

		APRESENTA FORMAS DE LIDAR COM A SUBJETIVIDADE DOS AUTORES?	MENCIONA ALGUM MÉTODO DE VALIDAÇÃO DOS DADOS?	MENCIONA FORMAS DE TRANSPARÊNCIA METODOLÓGICA QUE INCREMENTEM A CREDIBILIDADE DA PESQUISA?
Válido	Não	74	47	60
	Sim	8	35	22
	Total	82	82	82
Omisso	Não se aplica	34	34	34
	Total	116	116	116

Fonte: elaboração própria com base em SciELO Brasil.

Aprofundando a análise, realizou-se o cruzamento da variável "objeto de pesquisa" com as variáveis referentes ao método e à técnica de pesquisa utilizados nos artigos. Como observado na Tabela 7, o método qualitativo é o mais acionado para o estudo de metade dos objetos categorizados, conforme esperado, visto que foi o tipo escolhido por quase metade dos artigos. Em especial, o método qualitativo é maioria no estudo de conselhos de políticas públicas e orçamentos participativos, os dois objetos mais estudados pela literatura em questão.

Além disso, o método quantitativo é maioria em pesquisas sobre conferências de políticas públicas e iniciativas de participação online. Abordagens mistas são maioria apenas no estudo de consultas públicas, mas aparecem em segundo lugar em trabalhos sobre conselhos e sobre iniciativas de participação online, como se verifica:

TABELA 7. Tipo de método por objeto de pesquisa - 2002 a 2020.

	QUANTITATIVO	QUALITATIVO	MISTO	TOTAL
Conselhos	14	29	16	59
Orçamento participativo	6	12	6	24
Conferências	7	2	1	10
Participação online	4	2	2	8
Planos Diretores	1	5	1	7
Ouvidorias	1	3	1	5
Outros	1	1	0	2
Consultas públicas	0	0	1	1
Total	34	54	28	116

Fonte: elaboração própria com base em SciELO Brasil.

A Tabela 8 expõe o cruzamento entre o objeto de pesquisa e as principais técnicas utilizadas para coleta de dados. O gráfico em questão permite observar, em especial, dois fenômenos interessantes na escolha metodológica da literatura. Primeiro, apesar de serem a técnica de coleta de dados mais acionada e escolhida em cerca de um terço da literatura estudada, as entrevistas, consideradas aquelas em profundidade, estruturadas ou semiestruturadas, só são maioria nos estudos de conselhos de políticas públicas e ouvidorias. Enquanto isso, o segundo fenômeno é que a técnica da coleta manual, a segunda mais acionada, que consiste na busca mais tradicional, ou até mesmo online, de materiais e dados para o estudo, é maioria em quatro dos objetos de pesquisa listados.

TABELA 8. Técnicas utilizadas de coleta por objeto de pesquisa - 2002 a 2020.

	SURVEY/ QUESTIO- NÁRIOS	ETNOGRAFIA	ENTREVISTAS	GRUPO FOCAL	BANCO DE DADOS DE TERCEIROS	COLETA MANUAL	NÃO ESPECÍFICA	TOTAL
Conselhos	10	2	26	2	5	14	0	59
Orçam. Participativo	2	3	5	0	4	8	2	24
Conferências	2	0	2	0	0	6	0	10
Participação online	2	0	1	0	1	4	0	8
Planos Diretores	1	1	1	0	1	3	0	7
Ouvidorias	1	0	4	0	0	0	0	5
Outros	0	0	0	0	0	2	0	2
Consultas públicas	0	0	1	0	0	0	0	1
Total	18	6	40	2	11	37	2	116

Fonte: elaboração própria com base em SciELO Brasil.

A Tabela 9 demonstra a técnica predominante de análise de dados para cada objeto de pesquisa. A análise de conteúdo, que é a técnica de avaliação mais utilizada, predomina em dois dos três principais objetos: nos estudos sobre conselhos e conferências de políticas públicas. É interessante notar como os estudos de conselhos e conferências utilizam a mesma técnica de análise de dados, mas acionam técnicas de coleta diferentes, evidenciando formas diversas de aplicação da análise de conteúdo. Por sua vez, os estudos em orçamentos participativos utilizam principalmente a análise estatística, assim como aqueles em participação online.

TABELA 9. **Técnicas de análise de dados por objeto de pesquisa - 2002 a 2020.**

	ORÇAM. PARTICIPATIVO	CONSELHOS	CONFERÊNCIAS	PLANOS DIRETORES	OUVIDORIAS	PART. ONLINE	CONSULTAS PÚBLICAS	OUTROS	TOTAL
A. conteúdo	4	24	8	1	1	2	0	1	41
A. estatística	8	12	1	1	1	3	0	0	26
Indefinido	6	8	0	5	1	2	0	0	22
A. temática	0	5	0	0	1	1	1	1	9
A. heurística	3	5	1	0	0	0	0	0	9
A. discurso	2	1	0	0	1	0	0	0	4
A. lexical/ textual	0	3	0	0	0	0	0	0	3
A. redes	0	1	0	0	0	0	0	0	1
QCA/process- -tracing	1	0	0	0	0	0	0	0	1
Total	24	59	10	7	5	8	1	2	116

Fonte: elaboração própria com base em SciELO Brasil.

Discussão

Enfim, é possível, com base nos resultados, traçar um perfil da pesquisa em participação política institucionalizada ao analisar os cruzamentos dos dados e as categorias predominantes. Quando a variável “Objeto de pesquisa predominante analisado no artigo” é correlacionada com as variáveis metodológicas, identifica-se que a categoria predominante para “objeto de pesquisa”, conselhos de políticas públicas, é estudada segundo o método e as técnicas de coleta e análise mais utilizadas, ou seja, por meio de entrevistas qualitativas e análise de conteúdo. Dessa forma, a literatura empírica em participação política institucionalizada se caracteriza pelo estudo dos conselhos de políticas públicas, utilizando prioritariamente metodologias qualitativas, em especial o uso da técnica da entrevista para a coleta e da análise de conteúdo para a análise dos dados.

Esse perfil era esperado, visto que revisões de literatura semelhantes chegaram a resultados parecidos. O predomínio de métodos qualitativos no estudo sobre participação social e instituições participativas foi evidenciado por Paiva, van Stralen e Costa (2014) e Valmore e Souza (2017). Enquanto isso, Keinert e Oliveira (2018) verificaram os conselhos de políticas públicas como os principais objetos de estudo na literatura sobre participação social na saúde. Por sua

vez, ao revisar o estado da arte do campo da democracia digital, Sampaio *et al.* (2022) encontraram que mais da metade do corpus analisado utilizou a análise de conteúdo nos seus estudos. Os autores também investigaram o uso de técnicas estatísticas e encontraram que a maioria se fundamenta no uso de frequência simples (Sampaio *et al.*, 2022).

Traçado o perfil da pesquisa a partir das categorias predominantes de cada variável, passa a ser relevante voltar a atenção para aquelas categorias que se destacaram pouco ou sequer apareceram, assim discutindo as lacunas na literatura estudada. Em especial, serão discutidas duas categorias de objetos de pesquisa e as variáveis que medem a sofisticação dos métodos

Quanto aos objetos de pesquisa, percebeu-se um número baixo de estudos sobre os Planos Diretores e iniciativas de participação online (IPO). Para o primeiro, entende-se que os estudos sobre Planos Diretores possam estar ligados a um nicho de pesquisa mais interessado em gestão urbana, o que poderia justificar a baixa presença do tema. Outra justificativa plausível seria que outras revistas que publicam estudos sobre Planos Diretores não estão indexadas na SciELO Brasil. Para o segundo, Sampaio *et al.* (2022) identificam no campo da democracia digital, um campo de pesquisa no qual a participação online se insere, como marcado predominantemente por autores da área da comunicação. Supondo que estudos empíricos sobre participação online sigam o mesmo padrão da literatura em democracia digital, pode-se justificar, da mesma forma como feito para os Planos Diretores, que revistas da comunicação não estão representadas em peso nas bases de dados da SciELO Brasil.

Pensando nas iniciativas de participação online, entende-se que estudá-las colabora não só para a atualização de uma agenda de pesquisa, como para sua melhor compreensão. Como colocado por Elstub e Escobar (2019), IPO não constituem um tipo de inovação democrática (ou instituição participativa) em si, mas, sim, novos meios para que os tipos existentes offline ocorram, inovem-se e se hibridizem. Um exemplo de novos meios de ocorrência e inovação são os orçamentos participativos digitais (Franco, 2018; Sampaio, 2016).

Ainda, em decorrência da pandemia da covid-19, da necessidade do isolamento social e de períodos de quarentena, novas iniciativas de participação online foram desenvolvidas ou aprimoradas para acompanhar esse período de crise sanitária. Segundo Aneas, Barros e Marinho (2021), a Câmara dos Deputados criou 37 iniciativas de participação relacionadas à covid-19, enquanto o Senado Federal criou 28, sendo a maioria dessas iniciativas, para ambas as casas legislativas, audiências públicas online. Por sua vez, Jardim e Bragatto (2022), identificaram 104 iniciativas digitais de participação, dessa vez olhando para os municípios. As autoras apontam para a predominância de iniciativas em modalidade de conselhos, seguida pelo formato das consultas públicas (Jardim; Bragatto, 2022).

Nesse sentido, entender e estudar os fenômenos da participação institucionalizada online se torna fundamental para pensar formas de revitalizar a participação como um todo e “redemocratizar” a democracia. Por um lado, Freitas (2020) identifica 526 iniciativas de participação online em levantamento de inovações democráticas de e-participação na América Latina. O estudo aponta que “a formalização das iniciativas é fator fundamental para seu sucesso e a sustentabilidade” (Freitas, 2020, p. 129) e que inovações formalizadas tendem a gerar mais resultados, destacando o potencial democrático de iniciativas online quando

institucionalizadas. Por outro lado, Chagas *et al.* (2019) analisaram as chamadas à participação nas consultas públicas do Portal e-Cidadania, do Senado Federal, pelo aplicativo WhatsApp, no ano de 2018. Os resultados apontam que essas chamadas criaram uma distorção na plataforma de participação online, contendo muito mais votantes do que o normal para o portal, embora essa participação estivesse diretamente apoiando pautas reacionárias e conservadoras (Chagas *et al.*, 2019). Logo, percebe-se que, embora iniciativas de participação online consigam engajar os cidadãos politicamente e tenham, sim, seu potencial para a “redemocratização” da democracia, o conteúdo importa, e seu tom recentemente conservador e reacionário dessa participação estaria inibindo tal potencial.

Quanto à sofisticação metodológica da literatura empírica estudada, observou-se tanto para os estudos quantitativos quanto para os qualitativos. Como visto na Tabela 3, a estatística foi utilizada pela maioria dos artigos, e isso se deve ao número somado de estudos quantitativos e mistos. O tipo de estatística mais empregado foi o das frequências simples, ou seja, a apresentação e a análise baseadas em frequências dos dados, estatística essencialmente descritiva. Análises estatísticas univariadas, como medidas de tendência, de dispersão e de variabilidade, estatísticas bivariadas, como testes de correlação, foram pouco utilizadas. Não se busca argumentar por qualquer tipo de primazia dos métodos quantitativos sobre os qualitativos; entretanto, o fato de estatísticas mais avançadas terem sido pouco utilizadas mostra que há espaço para tais tipos de análise quantitativa no campo, seja na elaboração e aplicação de índices, no balanço de resultados de questionários, ou, ainda, em investigações comparadas.

Por outro lado, percebeu-se, também, certa limitação nas pesquisas que aplicam métodos qualitativos. A falta de sofisticação, nesse caso, está na ausência de menção a formas de lidar com a subjetividade dos pesquisadores ou codificadores, de validação de dados e de transparência metodológica. Por exemplo, ao contrário dos métodos quantitativos, não é possível aferir a validade e a confiabilidade dos dados por meio de testes de significância estatística para os métodos qualitativos.

Considerações finais

Este trabalho foi realizado com o objetivo de identificar como se pesquisa a participação política institucionalizada. Para isso, foi mobilizada a cientometria, apoiada na técnica da análise de conteúdo. Com esse fim, foram analisados 116 artigos empíricos, coletados da base SciELO Brasil, por meio da base Web of Science, publicados entre 2002 e 2020. O objeto de pesquisa mais estudado são os conselhos de políticas públicas, acionado por 50% dos artigos coletados, seguidos do estudo de orçamentos participativos. Por sua vez, o tipo de método mais acionado foi a abordagem qualitativa (46,6%), sendo a entrevista a técnica de coleta mais usada (34,5%) e a análise de conteúdo a técnica de análise mais recorrente (35,3%). Entre os artigos que empregam a estatística como recurso metodológico (53,4%), a frequência simples é o tipo mais aplicado (36,2%). Enquanto isso, entre os artigos com alguma abordagem qualitativa, a maioria não emprega técnicas de validação de dados, de transparência metodológica e de análise de confiabilidade.

A primeira característica que se destacou foi a dominância dos conselhos de políticas públicas como objeto de pesquisa, enquanto inovações participativas

recentes, como iniciativas de participação online, contam com poucas pesquisas dentro do grupo analisado. Mesmo iniciativas de sucesso, como orçamentos participativos online e a influência do e-Democracia na redação de projetos de lei como o Marco Civil da internet (Mitozo, 2015; Freitas *et al.*, 2020), não foram o suficiente para tirar o protagonismo de conselhos de políticas públicas. Considera-se que isso ocorra, pelo menos em parte, devido à importância histórica dos conselhos, que são frutos de lutas de movimentos sociais por mais participação social, em especial na área da saúde, durante a Constituinte.

É importante lembrar que esses resultados caracterizam uma amostra da literatura empírica, indexada na base SciELO Brasil. Essa é a primeira limitação da pesquisa e principal ressalva que deve ser feita ao examinar esses dados. Apesar de certas áreas, como ciência política,erviço social e ciências da saúde, estarem bem representadas nessa base, o mesmo não acontece com outras áreas, como a comunicação. Futuras pesquisas podem buscar complementar o trabalho em tela pela adição de outras bases à análise, tentando eliminar o máximo possível de viés de bases de dados.

Uma segunda ressalva e limitação está na técnica utilizada para análise dos artigos. Embora a análise de conteúdo (AC) seja uma técnica utilizada em revisões sistemáticas de literatura, ela tende a seguir caráter qualitativo (Mikkonen; Kaariainen, 2020); enquanto, nesta pesquisa, a AC é empregada de forma quantitativa. O método quantitativo ganha em termos de poder de generalização, justamente parte do objetivo deste trabalho. Uma abordagem qualitativa permitiria ir além das categorias, analisando com maior profundidade a natureza do argumento dos autores, o que nos levaria a interpretar o texto dentro de determinada categoria.

Tendo tais limitações em vista, esta pesquisa evidencia que os estudos sobre participação política institucionalizada, no geral, podem ganhar em termos de variação e sofisticação metodológica. Também parece haver uma predominância demasiada de foco em conselhos de políticas públicas, o que oferece espaço para um olhar mais atento a outros objetos da participação, como os Planos Diretores, ouvidorias, consultas públicas, e principalmente, para iniciativas e projetos de e-participação.

Neste artigo, compreende-se que o conhecimento sobre a forma como a participação vinha sendo estudada auxilia na compreensão do atual estado da arte e da literatura sobre o tema, além de contribuir para a reflexão acerca dos caminhos futuros a serem seguidos. Espera-se que os resultados apresentados e discutidos possam apoiar tanto pesquisadores quanto gestores de iniciativas e instituições participativas na elaboração dos próximos passos para a revitalização da participação.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, C. S. R. *et al.* Colaboração multissetorial para desenvolvimento e manutenção de soluções tecnológicas de participação: o caso do Brasil Participativo. **Revista do Serviço Público**, v. 75, n. esp. A, p. 89-107, 2024. <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/10305>
- ALMEIDA, C.; CAYRES, D. C.; TATAGIBA, L. Balanço Dos Estudos Sobre Os Conselhos de Políticas Públicas Na Última Década. **Lua Nova**, v. 1, n. 94, p. 255-294, 2015. <https://doi.org/10.1590/0102-64452015009400009>

- ANEAS, T. G.; BARROS, S.; MARINHO, J. O Legislativo E As Oportunidades De Participação Online Sobre A Pandemia Do Covid-19 : O Abismo Entre As Iniciativas Dos Parlamentos Em Nível Federal E Estadual. **E-Legis**, v. 14, n. Esp, p. 250-264, 2021. <https://doi.org/10.51206/e-legis.v14iEsp.645>
- ASENBAUM, H. Rethinking Democratic Innovations: A Look through the Kaleidoscope of Democratic Theory. **Political Studies Review**, v. 20, n. 4, p. 680-690, 2021. <https://doi.org/10.1177/14789299211052890>
- AVRITZER, L. Instituições Participativas e Desenho Institucional: Algumas Considerações Sobre a Variação Da Participação No Brasil Democrático. **Opinião Pública**, v. 14, n. 1, p. 43-64, 2008. <https://doi.org/10.1590/S0104-62762008000100002>
- BUFREM, L.; PRATES, Y. O saber científico registrado e as práticas de mensuração da informação. **Ciência da Informação**, v. 34, n. 2, p. 9-25, 2005. <https://doi.org/10.1590/S0100-19652005000200002>
- CAMPBELL, D. E. Social Networks and Political Participation. **Annual Review of Political Science**, v. 16, p. 33-48, 2013. <https://doi.org/10.1146/annurev-polisci-033011-201728>
- CARNEIRO, C. B. L. Conselhos de Políticas Públicas: Desafios Para Sua Institucionalização. **Revista de Administração Pública**, v. 36, n. 2, p. 277-292, 2002. <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/6439>
- CHAGAS, Viktor et al. A 'nova era' da participação política? WhatsApp e call to action nas consultas do e-Cidadania (Senado Federal). In: **Encontro Anual da Compós**, 28, 2019, Porto Alegre. Anais eletrônicos [...]. Belo Horizonte: Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, 2019. p. 1-26.
- ELSTUB, S.; ESCOBAR, O. Defining and Typologising Democratic Innovations. In: ELSTUB, S.; ESCOBAR, O. (Eds.). **Handbook of Democratic Innovation and Governance**. [s. l.]: Edward Elgar, 2019. p. 11-31.
- FARIA, C. F.; SILVA, V. P.; LINS, I. L. Conferências de Políticas Públicas: Um Sistema Integrado de Participação e Deliberação? **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 7, p. 249-284, 2012. <https://doi.org/10.1590/S0103-33522012000100011>
- FRANCO, B. B. Orçamento Participativo: uma Análise do que vem sendo publicado no Brasil. **ORG & DEMO**, v. 19, n. 2, p. 35-48, 2018. <https://doi.org/10.36311/1519-0110.2018.v19n2.04.p35>
- FREITAS, C. S. de. Implicações Da E-Participação Para a Democracia Na América Latina e Caribe. **Contracampo**, v. 39, n. 2, p. 116-131, 2020. <https://periodicos.uff.br/contracampo/article/download/29422/pdf/143271>
- FREITAS, C. S. de et al. Análise da Rede de Produção de Conhecimento sobre a Iniciativa E-Democracia. **E-Legis**, v. 13, n. 33, p. 182-203, 2020. <https://doi.org/10.51206/e-legis.v13i33.581>
- GANUZA, E.; BAIOCCHI, G. The Long Journey of Participatory Budgeting. In: ELSTUB, S.; ESCOBAR, O. (Eds.). **Handbook of Democratic Innovation and Governance**. [s. l.]: Edward Elgar, 2019. p. 77-89.

- GOMES, W. Participação Política Online: Questões e Hipóteses de Trabalho. *In*: MAIA, R. C. M.; GOMES, W.; MARQUES, F. P. J. A. (Eds.). **Internet e Participação Política No Brasil**. Porto Alegre: Sulina, 2011. p. 19-45.
- HOROCHOVSKI, R. R.; CLEMENTE, A. J. Democracia Deliberativa e Orçamento Público: Experiências de Participação em Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife e Curitiba. **Revista de Sociologia e Política**, v. 20, n. 43, p. 127-157, 2012. <https://doi.org/10.5380/rsp.v20i43.31847>
- JARDIM, L.; BRAGATTO, R. C. Participação No Enfrentamento à Pandemia: Mapeamento Das Iniciativas Digitais Das Prefeituras. **E-Legis**, v. 15, n. 38, p. 153-172, 2022. <https://doi.org/10.51206/elegis.v15i38.765>
- KEINERT, T. M. M.; OLIVEIRA, V. C. da S. e. Participação Social em Saúde no Brasil: Produção Técnico-Científica entre 1990-2014 e Sugestão de Agenda de Pesquisa. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 23, n. 75, p. 194-214, 2018. <https://doi.org/10.12660/cgpc.v23n75.69716>
- LAVALLE, A. G.; VOIGT, J.; SERAFIM, L.. O Que Fazem Os Conselhos e Quando o Fazem? Padrões Decisórios e o Debate dos Efeitos das Instituições Participativas. **Dados**, v. 59, n. 3, p. 609-650, 2016. <https://doi.org/10.1590/00115258201687>
- LÜCHMANN, L. H. H. Participação e representação nos conselhos gestores e no orçamento participativo. **Caderno CRH**, v. 21, n. 52, p. 87-97, 2008. <https://doi.org/10.1590/S0103-49792008000100007>
- MACHADO, R. das N. Análise cientométrica dos estudos bibliométricos publicados em periódicos da área de biblioteconomia e ciência da informação (1990-2005). **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 12, n. 3, p. 2-20, 2007. <https://doi.org/10.1590/S1413-99362007000300002>
- MIGUEL, L. F. Resgatar a Participação: Democracia Participativa e Representação Política no Debate Contemporâneo. **Lua Nova**, n. 100, p. 83-118, 2017. <https://doi.org/10.1590/0102-083118/100>
- MIKKONEN, K.; KAARIAINEN, M. Content Analysis in Systematic Reviews. *In*: KYNGAS, H.; MIKKONEN, K.; KAARIAINEN, M. (Eds.). **The Application of Content Analysis in Nursing Science Research**. [s. l.]: Springer, 2020. p. 105-115.
- MITOZO, I. B. E-participação e mecanismos de intervenção civil: o portal e-democracia e a discussão das leis do orçamento nacional. **E-Legis**, n. 17, p. 51-71, 2015. <https://bd-rest.camara.leg.br/server/api/core/bitstreams/ff3e44dd-e670-4771-9cc2-c606ab46d64f/content>
- PAIVA, F. S. de; VAN STRALEN, C. J.; COSTA, P. H. A. da. Participação Social e Saúde No Brasil: Revisão Sistemática Sobre o Tema. **Ciencia e Saude Coletiva**, v. 19, n. 2, p. 487-498, 2014. <https://doi.org/10.1590/1413-81232014192.10542012>
- PEREIRA, E. M. Como Anda a Participação? As Condições Para a Elaboração de Planos Diretores Participativos. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 19, n. 2, p. 235-250, 2017. <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2017v19n2p235>
- PEREZ, O. C.; SANTOS, G. G. da C. A Produção Acadêmica sobre Participação Social no Brasil: Trajetória e Agendas de Pesquisa. **BIB - Revista Brasileira de Informação**

- Bibliográfica em Ciências Sociais**, n. 90, p. 1-22, 2019. <https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/488>
- PETINELLI, V. Aferindo a capacidade de influência das conferências de políticas públicas sobre os programas das respectivas políticas setoriais. **Opinião Pública**, v. 21, n. 3, p. 643-672, 2015. <https://doi.org/10.1590/1807-01912015213643>
- POGREBINSCHI, T.; ROSS, M. Inovações Democráticas Na América Latina. **Revista Debates**, v. 15, n. 1, p. 33-63, 2020. <https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/9178>
- RIBEIRO, E. A.; BORBA, J. Participación Y Democracia En América Latina: Los Determinantes Individuales De La Participación Política. **Foro Internacional**, v. 51, n. 2 (204), p. 242-270, 2011. <http://www.jstor.org/stable/23035038>
- SACONI, J. P.; ALEIXO, I. A.; MAIA, G. Decreto Do Governo Bolsonaro Mantém Apenas 32 Conselhos Consultivos. **O GLOBO**, 26 jun. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/decreto-do-governo-bolsonaro-mantem-32-conselhos-consultivos-23773337>. Acesso em: 12 dez. 2024.
- SAMPAIO, R. C. e-Orçamentos Participativos como iniciativas de e-solicitação: uma prospecção dos principais casos e reflexões sobre a e-Participação. **Revista de Administração Pública**, v. 5, n. 6, p. 937-958, 2016. <https://doi.org/10.1590/0034-7612152210>
- SAMPAIO, R. C.; LYCARIÃO, D. **Análise de Conteúdo Categórica: Manual de Aplicação**. Brasília (DF): Enap, 2021.
- SAMPAIO, R. C. *et al.* O campo da democracia digital brasileira: uma análise cientométrica de artigos publicados entre 1999 e 2020. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 37, p. 1-38, 2022. <https://doi.org/10.1590/0103-3352.2022.37.250615>
- SANI, G. Participação Política. *In*: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. (Eds.). **Dicionário de Política**. Brasília (DF): Editora UnB, 1998. p. 888-890.
- SMITH, G. **Democratic Innovations: Designing Institutions for Citizen Participation**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.
- VALMORE, F.; SOUZA, N. R. Movimentos sociais, instituições participativas e sociedade civil em sete periódicos nacionais (Qualis A1, A2 e B1), 2005-2014. **BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, n. 82, p. 105-126, 2017. <https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/423>
- WARREN, Mark. Inovações democráticas e democracias representativas. **Revista Debates**, v. 15, n. 1, p. 8-32, 2021. <https://doi.org/10.22456/1982-5269.112248>

Resumo

A participação institucionalizada no Brasil: uma análise cientométrica (2002-2020)

Este trabalho consiste em uma análise cientométrica da literatura brasileira sobre a participação política institucionalizada, verificando artigos publicados entre 2002 e 2020, indexados na base de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO). Com o objetivo de entender como se estuda esse tipo de participação, metodologicamente, realizou-se a análise de conteúdo (AC) de 116 artigos, acionando nove variáveis: ano de publicação; objeto de pesquisa; método; técnicas de coleta e análise de dados utilizadas; uso e tipo de estatística; formas de lidar com subjetividade e aferir validade; e transparência metodológica. Os resultados indicam uma literatura empírica caracterizada pelo estudo dos conselhos de políticas públicas, priorizando metodologias qualitativas, com foco em entrevistas para a coleta e da AC para a análise. O quadro geral é de um campo de pesquisa diverso em termos metodológicos, mas pouco complexo quando análises estatísticas são acionadas e pouco transparente no caso das pesquisas qualitativas.

Palavras-chave: *Participação política; cientometria; instituições participativas; participação institucionalizada; inovações democráticas.*

Abstract

Institutionalized participation in Brazil: A scientometric analysis (2002-2020)

This work is a scientometric analysis of the Brazilian literature on institutionalized political participation based on articles published between 2002 and 2020, indexed on the Scientific Electronic Library Online (SciELO) database. In order to understand how this type of participation is studied, content analysis (CA) was performed on 116 articles using nine variables: year of publication, research object, type of method, data collection and analysis techniques used, use and type of statistics, ways of dealing with subjectivity and assessing methodological validity and transparency. Results indicate an empirical literature characterized by the study of public policy councils, prioritizing qualitative methodologies with a focus on interviews for data collection and CA for analysis. The general picture is of a methodologically diverse field of research, but not very complex regarding statistical analyses and not very transparent in the case of qualitative research.

Keywords: *Political participation; scientometrics; participatory institutions; institutionalized participation; democratic innovations.*